

Para Afif, governo só mostra incompetência

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) considerou "lamentável" o pronunciamento do presidente José Sarney, ontem, pela televisão. O constituinte lamentou que "este seja o momento da História brasileira em que o comando político superior do País demonstra o mais alto grau de incompetência". No mesmo tom, o líder do PT na Constituinte, deputado Luiz Inácio Lula da Silva comentou em Brasília: "Se Sarney estivesse tão preocupado com o País, não teria brigado tanto pelo seu mandato de cinco anos".

O discurso do presidente foi classificado de "inconsistente" pelo relator da Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Para ele, "dizer que a futura recessão econômica e a permanente instabilidade política podem ser debitadas à Constituinte é esquecer que já estamos na primeira e que da segunda estamos procurando sair há mais de 20 anos".

O presidente nacional do PDS, senador Jarbas Passarinho, elogiou o discurso, considerando que seu ponto mais forte foi a admisão pelo próprio presidente de que o País pode ficar ingovernável. Se-

gundo ele, "é uma declaração extremamente grave". O deputado Pimenta da Veiga (PSDB-MG), ao contrário, considera que houve uma tentativa de intimidação: "Ele passou um ano e meio sem se pronunciar; preocupado apenas com seu tempo de mandato e, agora que nada se pode fazer, começa um processo de absoluto confronto de poderes".

RISCO

"A Constituição não pode nascer questionada nem desacreditada. Se isso acontecer, será fator de instabilidade e de risco para a transição democrática", comentou o governador do Rio, Moreira Franco. "É a União acha que perdeu muito, os estados e municípios acham que ganharam pouco", afirmou o deputado Francisco Dornelles (PFL-MG), que atribuiu as críticas a "um ponto de vista pessoal".

O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), deu uma explicação para o fato de o presidente não ter apontado antes os problemas da Constituinte: Sarney tinha uma espada de Dâmoles sobre a cabeça, a ameaça de encurtamento de seu mandato.

O escriba Farhat volta à corte

MYRIAN GUARACIABA

BRASÍLIA — Há dois meses, quando o ex-ministro da Comunicação Social do governo Figueiredo, Said Farhat, estreou como o mais novo ghost-writer (escritor-fantasma, na tradução literal do inglês) do presidente Sarney, o êxito não foi absoluto. A lápis, Sarney riscou as frases mais fortes do discurso que Farhat havia preparado para a reunião dos governadores. Tirou a palavra "crise" e quatro páginas do texto original. No último fim de semana, ao desembarcar em Brasília, Farhat experimentou de novo o estilo do presidente e viu o corte, sem pena, de pelo menos dez das 16 laudas que preparou.

O ex-ministro da Comunicação Social desembarcou em Brasília à noite do último domingo. Na Base Aérea — Sarney mandou buscá-lo num jatinho da FAB — estava à sua espera o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, com a determinação de levá-lo imediatamente para o Palácio da Alvorada. Farhat reviu o discurso com Sarney e permaneceu em Brasília para acompanhar a gravação. Adiado o discurso, que seria na segunda-feira, Farhat adiou a volta. Embarcou ontem, às 14h40, no mesmo jatinho, para São Paulo.

A alteração de praticamente todo o discurso preparado pelo ghost-writer Said Farhat faz par-

te do estilo do poeta e escritor José Sarney. "O presidente reescreve pelo menos 50% dos seus discursos; quando não os redige integralmente", diz o próprio Farhat. O jornalista e escritor Luís Guttemberg, um dos ghost-writer preferidos do presidente — é o responsável pelo programa *Conversa ao Pé do Rádio* —, endossa: "O presidente é extremamente rigoroso".

ESTILO

O presidente Sarney mantém o rigor e o estilo ao encomendar, ver e escrever seus discursos. Nunca usa caneta — nem a Diplomática, que custa US\$ 7 mil, presente do seu amigo Mathias Machline. Prefere o lápis e a borracha, e raramente escreve a máquina. Tem também uma datilógrafa preferida, Jocenir Martins da Silva, que acompanha o presidente desde o discurso que fez ao lado da sepultura de Tancredo Neves.

Said Farhat, responsável pelo projeto que popularizou o presidente Figueiredo — eliminou os óculos escuros do general que lembravam seus tempos de SNI —, já assessorou o candidato derrotado à Presidência da República Paulo Maluf e hoje mantém um escritório de assessoria em São Paulo. Farhat, que considera os cortes nos textos "ossos do ofício", acha que é possível popularizar um presidente pelo discurso. Mas prefere não falar sobre o assunto, nem dá a receita.

Cabral condena manobras

Relator acha que não tem sentido fazer mudanças com menos de 280 votos

BRASÍLIA — O relator da Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), criticou a tentativa do governo de introduzir o destaque para votação em separado (DVS) no segundo turno. "O DVS foi utilizado na primeira fase dos trabalhos porque o texto vinha da Comissão de Sistematização, composta por menos de cem constituintes", afirmou o parlamentar. De acordo com Cabral — que recebeu ontem o presidente da Confederação Geral do Trabalho (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão" — "toda a matéria aprovada recebeu pelo menos 280 votos e não tem lógica ser modificada por número inferior".

Apesar das reações que a ini-

ciativa vem desencadeando, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), garantiu que vai questionar a decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de não aceitar o DVS. Sant'Anna destacou que o regimento interno não proíbe a utilização do dispositivo no segundo turno, mas reconheceu que "não há como recorrer da decisão de Ulysses".

ROTEIRO

No entanto, sob a alegação de que o presidente da Constituinte estaria cometendo erros na condução dos trabalhos de elaboração da futura Carta, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, preparou um minucioso roteiro, orientando os parlamentares que apóiam o governo sobre como se comportar no segundo turno de votações. A informação foi dada ontem por um influente constituinte, segundo o qual o documento elaborado por Saulo Ramos — que contém as principais modificações defendidas pelo Planalto — já foi lido por um dos assessores de Ulysses, o jurista Miguel Reale Jr.



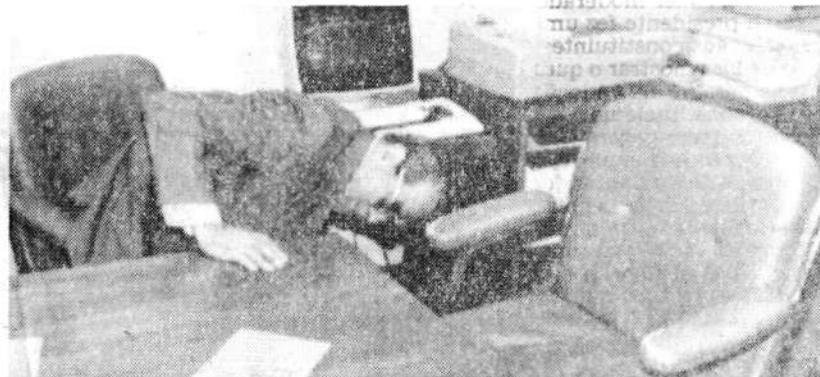
Cabral, com Joaquinzão: não abre mão no caso do DVS

Planalto não transige em 20 itens

BRASÍLIA — O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), informou ontem que, dos 40 pontos a serem negociados na Constituinte, o Palácio do Planalto não abre mão de 20, considerados polêmicos e onerosos. E mais uma vez, segundo Sant'Anna, o governo não recorrerá ao Supremo Tribunal Federal para fazer cumprir o regimento constituinte. As lideranças governistas entendem que o destaque para votação em separado (DVS) é permitido pelo regimento. "Não adianta discutir com o presidente da Constituinte. Ele não quer porque não quer", comentou o deputado baiano a respeito da decisão de Ulysses Guimarães de recusar a aplicação do DVS no segundo turno. Ainda assim a decisão do governo é não recorrer ao STF: "Não vamos mais brigar pela metodologia; vamos brigar pelo mérito", acrescentou.

Sant'Anna levou ontem a Ulysses os pontos que o governo considera onerosos e tornam o País "ingovernável". Entre eles, o turno ininterrupto de seis horas, a anistia fiscal e a anistia aos microempresários, o fim do decreto-lei, a censura a ministros, a proibição aos contratos de risco, a transferência para os estados de 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no exercício, tabelamento dos juros em 12%.

De acordo com um assessor presidencial, toda a crise política atual foi provocada por Ulysses Guimarães, que, "sendo candidato a presidente da República, come-



José Paulo AE

Passarinho também não acha uma saída para o impasse

ta estrutura do eleitorado brasileiro não conseguirá voto mostrando coisa séria". A reclamação do governo é contra a inflexibilidade de Ulysses na tentativa de negociação do DVS, entre outros pontos. Essa autoridade do Palácio do Planalto tentou explicar a atitude do presidente da Constituinte: Ulysses não muda nada no texto do projeto porque quer fazer a "campanha da Constituição generosa".

A estratégia do governo, vencida a idéia do DVS, é retirar quórum sempre que sentir ameaça contra os tópicos que defende. "Eles não têm número para manter em votação o segundo turno até o final", disse o assessor.

SURPRESA

O dia de ontem foi de reuniões, tanto no Planalto quanto na Constituinte. O presidente Sarney, durante a tarde e o início da noite,

discutiu o momento político nacional com líderes políticos e com vários de seus ministros, entre eles Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan de Souza Mendes (SNI).

Na reunião que teve com os moderados do PMDB e representantes do PFL, o líder Nelson Jobim (PMDB-RS) teve uma surpresa ao receber a lista de 40 pontos que o governo quer negociar. Até então, os peemedebistas progressistas só tinham conhecimento de 15 pontos.

O PFL, reunido com o líder José Lourenço, e o PDS, liderado pelo presidente nacional, senador Jarbas Passarinho, tiveram reuniões separadas mas chegaram ao mesmo resultado: só partir para a votação global do projeto de Constituição depois de ter negociado os pontos polêmicos.

ABI defende integridade da Constituinte

O conselho administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) manifestou ontem preocupação com as pressões exercidas pelo governo sobre os trabalhos de elaboração da nova Carta, e enviou um telegrama ao deputado Ulysses Guimarães, de solidariedade e apoio à independência da Constituinte. Segundo o presidente da entidade, Barbosa Lima Sobrinho, só pelo fato de tentar impedir a proliferação dos decretos-lei, "tão a gosto do Executivo", a Constituinte já merece o reconhecimento da opinião pública e precisa ter sua integridade preservada, para garantir a imediata promulgação da nova Constituição. "O Executivo está-se colocando frontalmente contra 80 milhões de eleitores", afirma Barbosa.

Também a Associação Comercial do Rio de Janeiro divulgou nota de apoio à Constituinte. "É evidente que o resultado final dos trabalhos do primeiro turno está longe de espelhar a totalidade de nossos anseios", diz a nota.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, informou sobre a preocupação da entidade quanto à anunciada não-concessão de crédito pelo Banco do Brasil, enquanto a Constituinte não decidir, no segundo turno, a anistia da correção monetária para os empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado.